

Comitê acompanhará Orçamento

Marluza Mattos

De Brasília

O Orçamento Geral da União de 2001 já deverá ser analisado e votado de forma a corrigir distorções que ocorrem no sistema atual. Foi criado, ontem, um grupo de parlamentares para acompanhar mensalmente a sua execução. A iniciativa foi resultado de uma reunião de líderes da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional. Cada partido tem direito a uma vaga no Comitê da Execução, que será presidido pelo próprio presidente da

comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP). De caráter permanente, esse comitê deverá identificar possíveis irregularidades na execução orçamentária.

“Como é um grupo pequeno, de sete parlamentares, poderemos trabalhar com mais agilidade”, explicou Goldman, destacando que já existe um órgão competente para atuar nessa área: o Tribunal de Contas da União (TCU).

Também foi anunciada ontem a criação do Comitê da Receita, que será coordenado pelo relator, senador Amir Lando (PMDB-

RO). Esse segundo grupo, também formado por representantes de todos os partidos, deverá se dedicar a análise das receitas do Orçamento. Será ainda o grupo coordenado por Lando o responsável por estudar possíveis mudanças no rito orçamentário. “É o princípio de uma discussão ampla”, argumentou Goldman.

A próxima atividade da Comissão do Orçamento acontecerá no dia 4 de outubro, quando Lando deverá apresentar o relatório preliminar sobre o Orçamento de 2001. “Será a partir desse relatório que nomearemos

os sub-relatores”, avisou o presidente da comissão.

Ontem à noite, numa sessão conjunta do Congresso, senadores e deputados apreciaram 12 projetos de lei que propõe adicionar recursos para programas previstos no Orçamento Geral da União de 2000.

As propostas mais polêmicas, como a que reabre a possibilidade de o Executivo apresentar créditos suplementares ao Orçamento por decreto-lei, foram retiradas da pauta de ontem. Elas voltam a ser discutidas apenas em outubro.